

ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA ABANDONADA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA ATRAVÉS DOS RELATÓRIOS PROVINCIAIS (1837-1860)

LARYSSA CELESTINO SERRALHEIRO¹; FERNANDO RIPE²

¹Universidade Federal de Pelotas - UFPel – laryssa.celestino@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - UFPel – fernandoripe@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação está relacionada à minha dissertação de mestrado, que ainda está em andamento, associada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPel, através da linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. Dessa maneira, perpassando pelos estudos das infâncias, a ênfase dessa investigação permeia na análise das ações de assistência às crianças abandonadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1837 à 1860. Contudo, inicialmente, a fim de contextualizar, é interessante nos reportarmos ao período colonial brevemente, visto que a presença da infância abandonada se tornou marcante a partir da chegada dos portugueses ao Brasil, uma vez que “os brancos introduziram nas Américas a prática do abandono dos filhos” (MARCÍLIO, 2019, p. 142).

Nesse sentido, diante de uma sociedade, em grande maioria, influenciada pela religiosidade cristã acerca dos princípios morais no que diz respeito à prudência matrimonial e, também, ao controle de comportamentos voltados ao pudor feminino, uma das causas estabelecidas em torno do abandono infantil está vinculada à desvalorização das proles ilegítimas geradas por meio de relações extraconjugais. Em consequência disso, não era raro se deparar com bebês expostos às margens das ruas, que ficavam sujeitos à fome, à doença e, em pior condição, à morte. Assim, sob o viés governamental, coube as Câmaras Municipais, como órgão responsável pela organização jurídica e financeira, em estabelecer mecanismos de proteção à esses infantis, uma vez que, “meninas e meninos com dias ou meses de vida não encontravam abrigo” (VENÂNCIO, 2004, p. 197). Nesse contexto, um meio encontrado para solucionar essa mazela, parcialmente, foi o direcionamento desses pequenos “enjeitados” aos cuidados de famílias comuns, as quais recebiam auxílio financeiro para criação dos bebês e das crianças desamparadas.

Entretanto, nem todas as Câmaras Municipais cumpriam tamanha demanda com êxito, tendo em vista que “quase sempre houve omissão, negligência, falta de

interesse ou de assistências às crianças expostas” (MARCÍLIO, 2019, p. 146). Nesse sentido, sob viés caritativo, as Santas Casas de Misericórdia instituíram três Casas dos Expostos durante a colônia, sendo, respectivamente, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, a qual havia um mecanismo intitulado como “Roda”, que consistia sua estrutura em um molde cilíndrico de madeira fixado nos muros da referida instituição, onde possibilitava o depósito de bebês nesse espaço de modo que pudesse garantir o anonimato dos genitores, que optavam em deixar seus filhos aos cuidados dos funcionários administrativos das Santas Casas. Contudo, “essas Casas funcionavam apenas como abrigos, sem nenhuma outra atividade educacional, religiosa ou profissionalizante estabelecida” (MARCÍLIO, 2019, p. 193).

Com o advento da consolidação do Império, políticas públicas foram instauradas a fim de gerar transformações sociais às mazelas culturais que continuamente permeavam durante o contexto colonial. Dessa maneira, como mencionamos, as práticas de assistência à infância abandonada não eram completamente satisfatórias em relação às ações das Câmaras Municipais, com isso, “a partir de 1828, com a promulgação da Lei dos Municípios, esta responsabilidade foi transferida para as assembleias legislativas provinciais” (CORAZZA, 1998, p. 97). Logo, nos remetendo à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como foco dessa pesquisa, foi instaurada a Lei Provincial no 9, de 21 de Novembro de 1837 (FLORES, 1985), a qual ordenava a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como responsável pelo acolhimento e criação das crianças expostas, assim como, posteriormente, ocorreu nas cidades de Rio Grande, em 1843, e Pelotas, em 1849.

2. METODOLOGIA

Como percurso metodológico tem-se estabelecido a análise de conteúdo, isto é, o direcionamento dessa investigação está alicerçada na pesquisa documental e na pesquisa bibliográfica. Preliminarmente, nos apropriamos dos documentos oficiais, como, os Relatórios dos Presidentes da Província, fornecidos de modo virtual pelo sistema de dados da Universidade de Chicago/EUA, que estão digitalizados mediante o projeto denominado “Brazilian Government Document Digitization Project”/Projeto Latino - Americano de Materiais (LAMP), do Centro de Bibliotecas de Pesquisa (CRL). Além do mais, a pesquisa bibliográfica agrega na fundamentação teórica dessa produção acadêmica, visto que possibilita a reflexão por meio de di-

versos intelectuais, como, por exemplo, Roger Chartier (1990) e Justino Magalhães (2004), ao elencar os aspectos da História Cultural à História da Educação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda está em desenvolvimento inicial, porém, identifica-se que logo quando a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre tornou-se responsável pelo acolhimento e cuidado das crianças abandonadas, de imediato, foi instaurada a Lei Nº 12, de 19 de Dezembro de 1837, a qual o Artigo 1º ordenava que fosse criado na Capital da Província um Colégio de Artes Mecânicas para o ensino de órfãos pobres, expostos, e filhos de pais indigentes que tiverem chegado a idade de dez anos (RPP¹, 1837), de modo que pudessem torná-los úteis à si e à sociedade. Entretanto, em 1846, com a existência do estabelecimento de aprendizes menores dos arsenais de guerra, o Presidente da Província Luís Alves de Lima e Silva, mais conhecido como Duque de Caxias, considerou irrelevante a criação de um colégio de Artes Mecânicas.

Com o fim da Revolução Farroupilha, que perdurou entre os anos de 1835 e 1845, pressupõe-se que o governo provincial apropriou desses meninos abandonados para torná-los indivíduos essenciais à pátria através do acolhimento em instituições militares mediante a instrução de alguns ofícios, como a carpintaria e as 1ª Letras. Quanto às meninas, ações em prol da inserção ao ensino eram inexistentes, visto que, até então, seus destinos eram limitados apenas ao matrimônio. Contudo, a partir de 1850, foram organizadas aulas para as pequenas desamparadas na Casa da Roda de Porto Alegre. Até, enfim, a criação do Asilo Santa Leopoldina, em 1857, bem como ocorreu, também, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, visto que foram, respectivamente, instaurados os Asilos de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, em 1855, e o Asilo Coração de Maria, em 1861.

4. CONCLUSÕES

Tecendo algumas considerações finais, identifica-se que o governo provincial se apropriou de uma modalidade de assistência institucionalizada, ou seja, as Santas Casas de Misericórdia, com suas Rodas dos Expostos, com o intuito em garantir a segurança social àquelas crianças desamparadas que ali eram inseridas nesses

¹ Decidimos utilizar a sigla “RPP” para Relatório do Presidente da Província.

espaços. Além do mais, apesar de passos lentos, tais responsabilidades jurídicas mediadas pelos Presidentes da Província, de certa forma, tornaram-se pertinentes para futuras políticas públicas mais consolidadas que respaldassem o direito à educação, à vida e aos cuidados daqueles pequenos sujeitos de maneira íntegra. Entretanto, compreendemos que, também, autoridades políticas apoderaram-se dessas crianças abandonadas, diante da perspectiva em garantir de retorno financeiro investido no decorrer de suas vivências para torná-los indivíduos essenciais à nação e, sobretudo, à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul através da preparação para o mundo do trabalho, seja em instituições militares ou não.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIAS

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CORAZZA, S. M. A Roda do Infantil. **Revista Educação & Realidade**. V. 23(1), p. 87-141, p. 1998.

FLORES, Moacyr. A casa dos expostos. Porto Alegre. **Estudos Ibero-americanos**, Ano XI, n. 2, dez., 1985.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. - 3a. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FONTES

RELATÓRIO. Falla que o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul proferir na Abertura da Sessão d'Assembléa Legislativa da mesma Província no dia 2 de Outubro de 1837. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#>.